

SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA NA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA

MENTAL HEALTH IN BASIC CARE IN EFFECTIVENESS OF PSYCHIATRIC REFORM PROPOSALS: INTEGRATIVE REVIEW

Iracilda Silva Andrade*

RESUMO

Com o objetivo de compreender quais os atuais desafios e possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica realizando uma pesquisa na literatura, buscaremos compreender a relação entre Saúde Mental e Atenção Básica e discutir a necessidade de a Atenção Básica realizar sua atuação embasada nos princípios da reforma. Trata-se de estudo de Revisão Integrativa, restringindo-se à estudos teórico-metodológicos, quantitativos ou qualitativos, sobre os desafios e possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica. Entre as dificuldades encontramos como resultados falta de conhecimento acerca do campo de saúde mental entre os profissionais, predominância da visão biomédica e medicalizante, falta de diálogo entre a Atenção Básica e atenção especializada e o atendimento ao usuário de álcool e outras drogas. Entre as possibilidades a educação permanente, atuação interdisciplinar, trabalho intersetorial, matriciamento, clínica ampliada, Projeto Terapêutico Singular, atuação dos Agentes Comunitários em Saúde, acolhimento e Rede de Atenção Psicossocial. Perante os resultados encontrados, conclui-se que a Reforma Psiquiátrica não deve ser vista somente enquanto um acontecimento histórico que no momento ofereceu uma nova visão ao cuidado em saúde mental, mas uma luta continua de cada profissional, usuário e familiar, não sendo permitido retrocessos, mas um trabalho contínuo de construções e desconstruções objetivando em comum o bem-estar do sujeito.

Palavras-chave: Saúde Mental; Atenção Básica; Reforma Psiquiátrica.

ABSTRACT

In order to understand what are the current challenges and possibilities in the implementation of the Psychiatric Reform proposals in Primary Care by conducting a literature search, we will seek to understand the relationship between Mental Health and Primary Care and discuss the need for Primary Care to perform its action based on principles of reform. This is an Integrative

* Especialista em Gestão em Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará. Email: iracildasilvaandrade@hotmail.com

Review study, being restricted to theoretical-methodological studies, quantitative or qualitative, about the challenges and possibilities in the implementation of the proposals of the Psychiatric Reform in Primary Care. Among the difficulties we found as results lack of knowledge about the field of mental health among professionals, predominance of biomedical and medicalizing view, lack of dialogue between Primary Care and specialized attention and the care of users of alcohol and other drugs. Among the possibilities are permanent education, interdisciplinary work, intersectoral work, matriculation, expanded clinic, Singular Therapeutic Project, performance of Community Health Agents, reception and Psychosocial Care Network. Given the results, it is concluded that the Psychiatric Reform should not be seen only as a historical event that at the moment offered a new view to mental health care, but a continuous struggle of each professional, user and family, and no setbacks are allowed. , but a continuous work of constructions and deconstructions aiming in common the welfare of the subject.

Keywords: Mental health; Primary care; Psychiatric Reform.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. MÉTODO	9
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
4. CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se que a discussão acerca da temática saúde mental e os conteúdos que a contornam tem se tornado constante e de fundamental importância, seja no meio acadêmico ou popular, pois por muito tempo a mesma foi envolta de preconceitos e tabus, e a clarificação deste assunto é significativa. (CÂNDIDO et al, 2012).

De acordo com o Documento Apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil (2005) - a Reforma Psiquiátrica pode ser considerada um movimento chave na busca por mudanças na forma de se fazer cuidado em Saúde Mental e, mesmo que ainda tenhamos um longo caminho a percorrer em busca de sua efetiva implantação, podemos perceber que as políticas públicas, os serviços de saúde e a sociedade em geral já se encontram em processo de transformação, buscando inclusão social e práticas mais humanas e adequadas.

Seguindo conforme o documento, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) se apresenta como um serviço estratégico dentro da política de Saúde mental no Brasil, ajustando-se inicialmente como equipamento substitutivo às internações em manicômios, e hoje possibilitando atendimento dentro da comunidade e seio familiar, ofertando acolhimento, trabalho intersetorial em rede, atendimento multiprofissional, reinserção social entre outros.

Além disto, ainda destacam-se outros serviços que se estruturaram após a Reforma e que também tem proporcionado uma nova forma de se fazer cuidado, como Residências Terapêuticas, a inserção de profissionais de Saúde Mental nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), a inclusão de questões como uso abusivo de álcool e outras drogas dentro da política de saúde e a inserção da Saúde Mental na Atenção Básica, esta última que daremos maior ênfase. (BRASIL, 2011).

A Atenção Básica é um conjunto de ações em saúde que englobam o âmbito individual e coletivo e visa promover e proteger a saúde, esta deve ser desenvolvida por meio de exercícios de práticas gerenciais e sanitários democráticos e participativos, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelos quais assumirão a responsabilidade sanitária. (BRASIL, 2006).

Estando a Atenção Básica no primeiro nível de atenção em saúde e sendo porta de entrada para diversos serviços de saúde, se caracterizando por um conjunto de cuidados no território, ou seja, no ambiente em que os usuários vivem, a atuação em Saúde Mental neste

campo se tornou fundamental, pois, como pudemos relacionar, os objetivos da Atenção Básica e da nova forma de fazer cuidado em Saúde Mental pós Reforma Psiquiátrica estão intrinsecamente relacionados.

Para Souza e Rivera (2010), incluir ações de Saúde Mental na Atenção Básica é uma das possibilidades para que seja possível oferecer um serviço solidário e integral ao sujeito, permitindo a desconstrução de preconceitos acerca de temas relacionados à Saúde Mental, ocupando, assim, não mais um espaço segregador e especializado, mas de circulação dentro da comunidade, já que a Atenção Básica está no dia a dia da população, estabelecendo relações consistentes e podendo facilitar as mudanças sociais almejadas pela Reforma Psiquiátrica.

Refletirmos acerca da efetivação das propostas trazidas pela Reforma Psiquiátrica nos serviços de Atenção Básica, assim como seus desafios e possibilidades se mostra fundamental para o aprimoramento dos profissionais que atuam na área, como também para que possamos compreender o progresso já alcançado e quais quesitos precisam ser reconfigurados.

Com o objetivo de compreender quais os atuais desafios e possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica realizando uma pesquisa na literatura, buscaremos compreender a relação entre Saúde Mental e Atenção Básica e discutir a necessidade de a Atenção Básica realizar sua atuação embasada nos princípios da reforma.

MÉTODO:

Trata-se de estudo de Revisão Integrativa, restringindo-se à estudos teórico-metodológicos, quantitativos ou qualitativos, sobre os desafios e possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica.

Na estratégia de busca, foram utilizadas as seguintes bases de dados eletrônicas de caráter científico: BDNF; LICACS e MEDLINE. Não foram utilizadas referências relacionadas à literatura não publicada, tais como resumos de congresso e documentos técnicos. Foram utilizadas as expressões “*Saúde Mental*”, “*Atenção Básica*” e “*Reforma Psiquiátrica*”, em suas versões em português, para verificar o título, o resumo ou o assunto, a depender da base de dados. A busca foi realizada no período de agosto a novembro de 2019.

Foram incluídos os estudos com Idioma Português e realizados nos últimos cinco anos (2014-2019) e excluídos os que não retratassem sobre a temática.

Após a pesquisa, realizou-se a seleção dos estudos de acordo com a questão norteadora e os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os estudos identificados foram analisados pela leitura de seus títulos e respectivos resumos. Nos quais não foi possível estabelecer relação com os critérios de inclusão na leitura inicial precedeu-se à leitura da íntegra.

O instrumento, elaborado com a finalidade de extrair e analisar os dados dos estudos incluídos, foram compostos dos seguintes itens: (1) Desafios na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica e (2) Possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No quadro 1 a seguir encontra-se uma síntese geral dos artigos que foram selecionados, compondo, assim, a amostra total da revisão. Foram identificados 13 artigos relacionados aos principais desafios e possibilidades na efetivação das propostas da reforma psiquiátrica na atenção básica. Este quadro descreve os autores, o ano, os objetivos e os periódicos científicos utilizados para a publicação.

Quadro 1: Apresentação da síntese de estudos quantitativos quanto aos autores, ano, objetivos e periódico avaliado.

Nº	Autor	Ano	Objetivos	Periódico
1	Nogueira, Francisco Jander de Sousa; Brito, Francisco Marcos Gomes de.	2017	Apresentar o relato de experiência de integrantes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) – Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Parnaíba-PI	Pesquisas e Práticas Psicossociais.
2	Muniz, Marcela Pimenta et al.	2015	Desvelar as especificidades do acesso do usuário de drogas à Atenção Psicossocial pela Atenção Básica.	Cuidado é Fundamental.
3	Fegadolli, Cláudia; Varela, Niurka Maria Dupotey; Carlini, Elisaldo Luis de Araújo.	2019	buscou compreender aspectos assistenciais presentes na base da utilização indiscriminada de benzodiazepínicos disponibilizados pela Atenção Primária.	Caderno de Saúde Pública.

4	Menezes, Alice Lopes do Amaral et al.	2019	Conhecer a percepção de pacientes sobre o sofrimento emocional e seu cuidado na Atenção Primária.	Interface
5	Gerbaldo, Tiziana Bezerra.	2018	avaliar a organização do cuidado em saúde mental desenvolvido na ESF no Brasil por meio das dimensões promoção da saúde mental, gestão e oferta do cuidado.	Educação em Saúde
6	Wenceslau, Leando David; Ortega, Francisco.	2015	Apresentar uma análise teórica sobre a integração da saúde mental na atenção primária sob a perspectiva dos objetivos e estratégias da Saúde Mental Global.	Interface
7	Garcia, Georgina Dalla Valle.	2017	Analisar os limites e possibilidades do apoio matricial em saúde mental na Atenção Básica, segundo a percepção de gestores e profissionais de saúde em uma regional de saúde, Paraná, Brasil.	Revista Saúde e Pesquisa.
8	Souza, Jacqueline de.	2017	Analisar o manejo das necessidades de saúde mental na atenção primária à saúde de acordo com a percepção dos profi	Revista Brasileira de Enfermagem.

			ssionais da Estratégia Saúde da Família.	
9	Barbosa, Valquiria Farias Bezerra et al.	2017	Caracterizar as práticas e estratégias de Cuidado à Saúde Mental desenvolvidas pelas equipes de atenção primária na área urbana de Pesqueira/PE.	Revista Cuidado é Fundamental.
10	Teixeira, Melissa Ribeiro; Couto, Marina Cristina Ventura; Delgado, Pedro Gabriel Godinho.	2016	analisar os facilitadores e as barreiras para o cuidado colaborativo entre a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e um Centro de Atenção Psicossocial intanto-juvenil (CAPSi), no Rio de Janeiro/ RJ.	Ciência e Saúde Coletiva
11	Frosi, Raquel Valiente; Tesser, Charles Dalcanale.	2014	Analisou-se um conjunto de práticas assistenciais em saúde mental na atenção primária à saúde (APS) de Florianópolis, tendo como base a diferenciação proposta por Abílio Costa-Rosa entre os modos asilar-psiquiátrico e de atenção psicossocial.	Ciência e Saúde Coletiva.
12	Hirdes, Alice; Scarparo, Helena Beatriz Kochenborger.	2015	Discutir a questão da integração da saúde mental na Atenção Primária mediante o apoio matricial	Ciência e Saúde Coletiva.

			em saúde mental.	
13	Frateschi, Mara Soares; Cardoso, Cármen Lúcia.	2014	Investigar a avaliação que os usuários fazem do cuidado em saúde mental recebido por dois serviços públicos de Atenção Primária à Saúde: uma Unidade de Saúde da Família e uma Unidade Básica de Saúde.	Saúde Coletiva.

Desafios na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica

Considerando a importância da realização do cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica, e sabendo como os princípios de ambas se entrelaçam, incluindo inclusive os fundamentos da Reforma Psiquiátrica, buscou-se compreender os principais desafios para que os objetivos fossem alcançados.

Na análise do conteúdo dos estudos expostos no Quadro 1, percebeu-se que há uma hegemonia na percepção dos profissionais que atuam na Atenção Básica quanto a falta de conhecimento teórico e técnico, como também uma deficiência na formação para lidar com casos que envolvam Saúde Mental.

Gerbaldo et al (2018) apontam em suas pesquisas, assim como em achados anteriores, que grande parte dos profissionais que atuam na área não se sentem preparados para lidar com demandas relacionadas à Saúde Mental, ou possuem a ideia equivocada de que somente profissionais especializados devem atuar nessa linha de cuidado.

Muniz, Abrahão e Souza et al (2015) trazem que usuários de saúde mental podem ser vistos pelos profissionais como pessoas difíceis de lidar e que o mero encaminhamento como forma de passa a dificuldade adiante não é a forma correta de se fazer cuidado.

A Reforma Psiquiátrica amplia a visão acerca do cuidado em Saúde Mental, retirando-a de uma visão excludente e estigmatizante, não tendo como objetivo hoje somente a diminuição no número de internações ou melhora dos sintomas, mas também o cuidado integral e dentro do território. Assim, a Atenção Básica, porta de entrada dos usuários do Sistema de Saúde, deve estar preparada para lidar com essa demanda, seja em forma de promoção, prevenção e/ou

recuperação, assim como reconhecer casos que devem ser encaminhados, mas que os mesmos possam continuar sendo acompanhados pelo serviço, ou seja, o encaminhamento não deve resultar em desvinculação.

Nogueira e Brito (2017) trazem que a capacitação não deve ser apenas para a boa execução de procedimentos, mas no compromisso com o sujeito, do reconhecimento que o processo saúde-doença transpassa o modelo biológico e é multifatorial, do contato com a realidade e da constante conscientização e atualização das práticas profissionais.

Outro desafio que se manteve constante em grande parte dos estudos abordados é a necessidade, que ainda se mantém atual, de ultrapassar a prática nos serviços de saúde pautadas apenas na visão biomédica e medicalizante, esta que se mantém presente na Atenção Básica.

Barbosa et al (2019) retratam o reconhecimento da medicalização como uma das principais práticas da assistência ao usuário portador de algum sofrimento/transtorno mental, sendo o tratamento medicamentoso ainda idealizado como estratégia disciplinar que proporciona a contenção física ou psíquica do indivíduo quando necessário.

A Reforma Psiquiátrica também buscou proporcionar uma visão ampliada de saúde, que vai além do biológico, reconhecendo o indivíduo em sua singularidade, assim, a atenção deve ir além de tratar apenas o físico, devendo oferecer um cuidado integral, corresponsabilizado e contínuo.

Para o cumprimento dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), o trabalho intersectorializado é essencial para o bom funcionamento da rede, e acerca da temática pesquisada, Atenção Básica e Atenção Especializada, no que concerne à saúde mental, devem manter um trabalho vinculado, sendo este um desafio apresentado na maioria das pesquisas.

Por não existir esse diálogo fortalecido, ainda, entre Atenção Básica e atenção especializada, não há fluxos estabelecidos, de modo que os usuários caminham sem qualquer itinerário estabelecido. Certamente, a AB ainda tateia um diálogo com a saúde mental. Vale destacar que a formação em saúde ainda é incipiente para contemplar saúde mental e AB, não havendo a retaguarda do Apoio Matricial e de outros dispositivos de cuidado. (NOGUEIRA; BRITO. 2019. p. 384)

Por fim, não objetivando esgotar respostas à problemática levantada, destacou-se dificuldades relacionadas ao atendimento ao usuário de álcool e outras drogas na Atenção Básica. O percurso histórico acerca da dependência química é composto por exclusões e preconceitos, e hoje, por mais que ainda esteja em processo construção para se firmar enquanto política pública em saúde, ameaçada por constantes retrocessos, é questão de saúde pública e está inserida na política de saúde mental. A Atenção Básica muitas das vezes é o acesso deste

usuário à atenção especializada, mas como já citado, não visando desvinculação.

Pela atuação no território, a Atenção Básica é um serviço estratégico para atuar nas demandas relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, seja visando a prevenção ou o enfrentamento, devendo consolidar um cuidado voltado para a promoção em saúde não voltados para o fortalecimento de estigmas e preconceitos. São retratadas como dificuldades a escuta e o acolhimento adequado, a atuação profissional tendo como objetivo único a medicalização e abstinência ao invés do viés da política de redução de danos; paradigma de perspectiva de não tolerância as drogas, estes que podem se tornar empecilhos na tentativa de criar vínculo com a população adscrita. (MUNIZ, ABRAHÃO e SOUZA, 2015)

Possibilidades na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica

Diante da dificuldade apresentada por muitos profissionais quanto o conhecimento acerca do tema saúde mental como também formas de lidar com essa demanda, a educação permanente se mostrou como uma possibilidade significativa para a melhora do cuidado.

Fegadolli, Varela e Carlini (2019) citam a educação permanente como capaz de empoderar os profissionais em suas atuações; Nogueira e Brito (2017) a trazem como uma ferramenta capaz de alterar paradigmas dentro dos serviços, permitindo um novo olhar sobre o cuidado em saúde mental e um rompimento com ações e visões já instaladas que não se adequam ao novo modelo de atuação.

Além disto, mesmo considerando a importância da atualização constante dos profissionais para se adequarem aos novos desafios e propostas, cabe um olhar à formação dos profissionais em saúde, que muitas vezes se centram em modelos biológicos e cristalizados, sendo necessárias readaptações curriculares mais amplas e considerando todas as linhas de cuidado em suas variadas vertentes.

A atuação interdisciplinar surge como uma segunda possibilidade para que ocorra efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica na Atenção Básica, considerando que Saúde vai além de realizar cuidados e ações em setores compartimentados e independentes uns dos outros.

Os profissionais da Atenção Básica lidam com variados tipos de demandas, já que funcionam como serviço porta de entrada do SUS, que vão desde ações delimitadas ao campo psiquiátrico a questões sociais, como pobreza e violência, assim, a abordagem intersetorial se mostra vital para o bom funcionamento, que perpassam somente outros equipamentos de saúde, devendo compreender os serviços de Justiça, Conselhos Tutelares, Igrejas, ou seja, diversos

atores sociais. (SOUZA et al, 2016)

Teixeira, Couto e Delgado (2017) citam ainda a importância do trabalho intersetorial atingir também usuários e familiares, colocando-os enquanto sujeitos participativos no processo, garantindo assim a qualidade do cuidado.

Um pacote mínimo de cuidado na Atenção Básica deve incluir intervenções psicoeducacionais simples e, principalmente, a intermediação de ações intersetoriais. Essas visam aumentar a capacidade das pessoas que sofrem com transtornos mentais graves e persistentes de exercitarem sua cidadania. Ou seja, estudar, trabalhar, ganhar dinheiro, fazer amigos, namorar, frequentar espaços públicos, participar das decisões que influenciam em sua vida. (BRASIL, 2013, p. 99)

Em consonância com o trabalho intersetorial mostra-se a indispensabilidade no Apoio Matricial. Iglesias e Avelar (2014), definem este apoio como sendo uma forma de articulação entre a Rede de Saúde Mental e as Unidades de saúde, devendo proporcionar um compartilhamento no cuidado com o usuário, uma integração de conhecimento entre diferentes profissionais e especialidades, facilitando a discussão de casos, a corresponsabilização, servindo como retarguarda assistencial e suporte técnico-pedagógico às equipes de Atenção Básica.

Garcia et al (2017) retratam os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASFs, como sendo a formalização do matriciamento e da articulação entre os serviços, estes que são compostos por equipes com diferentes profissionais e objetivam ampliar a abrangência das ações da Atenção Básica e aumentar sua resolutividade, mas pontuam que o matriciamento também pode ser realizado por outros equipamentos, como os CAPSs.

Barbosa et al (2017) consideram o matriciamento uma estratégia importante para que se alcancem os objetivos da Reforma Psiquiátrica, sendo associado ao objetivo da reabilitação psicossocial, devendo o sujeito ser visto em sua integralidade e a inserção social, comunitária e cidadã.

Uma ressalva necessária a se considerar é que o Apoio Matricial não deve fomentar uma maior demanda por especialização ou um adiamento ou simples encaminhamento do cuidado, como pontuam Teixeira, Couto e Delgado (2017), mas um diálogo entre os níveis de atenção visando superar uma visão excludente e compartimentada, oferecendo clínica ampliada, este ultimo também sendo um dos objetivos da Reforma Psiquiátrica, e será discutido a seguir por também ter se apresentado enquanto potencialidade nos estudos investigados.

Considerando clínica ampliada como uma ferramenta que reconhece o sujeito enquanto ser integral e em todas as suas necessidades, que não objetifica e não reduz o sujeito a apenas

o biológico, e que não propicia somente o tratamento, mas também a promoção e prevenção em Saúde, esta é uma proposta que se adequa não somente aos objetivos da Reforma Psiquiátrica, mas aos próprios princípios do SUS e demais Legislações em Saúde de nosso País.

Para Muniz, Abrahão e Souza et al (2015), os profissionais de um serviço de saúde devem empenhar-se para compreender o sujeito dentro da visão da clínica ampliada, ou seja, o reconhecendo as vertentes que o rodeiam, como situações financeiras, ocupacionais, moradia, apoio social entre outras.

O cuidado em saúde não pode desfragmentar o sujeito e tratar apenas a necessidade emergente, muitas vezes biológica, sem reconhecer a cadeia de variáveis que o rodeia, pois estas histórias de vida, experiências e características que o tornam singular e que se trabalhadas em conjunto podem resultar em maior resolutividade e qualidade de vida.

Seguindo com as potencialidades dentro do campo, percebemos que os quesitos destacados e discutidos não se encontram de forma independente, mas interligados e dependendo do bom funcionamento dos demais para obter êxito, como é o caso do Projeto Terapêutico Singular (PTS), que pode ser definido conforme Nogueira e Brito (2017), como uma ferramenta composta por um conjunto de propostas que estabelecem ações, objetivos e metas terapêuticas voltadas para um indivíduo ou uma família.

Garcia et al (2017) evidenciam a valia do PTS ser desenvolvido mediante o processo de Apoio Matricial, ou seja, envolvendo equipe de Atenção Básica e de Referência Especializada, proporcionando um trabalho interdisciplinar e integral, cabendo ser discutido não somente com os profissionais envolvidos, mas também com os usuários a quem se destinam o PTS.

Uma ressalva necessária é o cuidado com o sigilo e ética profissional no PTS, já que esse pode envolver diversos atores, como agentes de saúde, técnicos, profissionais e acadêmicos, devendo ser sempre prezado pelo bem-estar do usuário. (HIRDES, SCARPARO. 2015).

O processo implica a construção do trabalho em ato, na escuta e no compartilhamento de informações, na planificação de um projeto terapêutico singular e na corresponsabilização dos profissionais envolvidos. Algumas características são necessárias ou desejáveis: profissionais com capacidade de liderança sem, contudo, monopolizar ou centralizar o processo, capacidade de escutar opiniões e entendimentos diferentes, capacidade de valorizar a aquisição de domínio de outra área, capacidade de pactuar e conseguir consensos. (HIRDES, SCARPARO. 2015. P. 389)

Considerando os diversos agentes envolvidos na logística, os Agentes Comunitários em Saúde (ACS) aparecem nos estudos como profissionais relevantes no cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica como também na efetivação das propostas da Reforma Psiquiátrica, que

objetivam um trabalho territorial e comunitário, onde o sujeito não precise sair de sua vivência para receber o apoio, com foco na reabilitação psicossocial. Os ACS permitem a criação de um vínculo entre usuários e serviços, como um reconhecimento da realidade do sujeito e, se capacitados, podem contribuir ainda mais com ações educativas em saúde.

O acolhimento também ocupou lugar de destaque entre as possibilidades, não devendo ser realizada apenas em momentos de crise, mas em todos os setores e contextos da saúde, e não se reservando apenas a determinados profissionais, pois cabe a toda a equipe uma atuação empática e acolhedora.

Barbosa et al (2017) trazem que na busca por quebrar paradigmas de saúde centralizados no modelo biomédico e hospitalocêntrico, e que para a Atenção Básica seja vista também em seu caráter de promoção e prevenção, e não somente de consultas e renovação de receitas, o acolhimento deve ser realizado com vistas ao sujeito e não à doença; já quando trata-se de usuários com transtorno/sofrimento mental, muitas vezes o acolhimento oferecido é muitas vezes destinado à triagem e diagnóstico, quando deveria-se propiciar também o acolhimento e escuta do sofrimento presente no indivíduo, colaborando com o desenvolvimento de autonomia.

Não sendo esperado da Atenção Básica somente ações pontuais ao sujeito, mas um acompanhamento contínuo e longitudinal, o acolhimento permite o desenvolvimento de vínculo com o serviço e profissionais, facilitando uma assistência continuada.

Para finalizar, o desenvolvimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se mostra como uma grande potencialidade para se trabalhar Saúde Mental na Atenção Básica, concretizando uma política comunitária e intersetorial. Oficializada pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, os seus princípios se entrelaçam aos do SUS, e tem como finalidade criar, ampliar e articular os pontos de atenção à saúde para pessoas em condições de sofrimento e/ou transtorno mental, incluindo também pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool ou outras drogas no SUS.

Ainda conforme a Portaria citada, a Atenção Básica é um dos componentes da Rede de Atenção Psicossocial, tendo como objetivo desenvolver uma atenção integral ao sujeito que proporcione o desenvolvimento de sua autonomia, e nos determinantes e condicionantes de saúde, como garantir o acompanhamento longitudinal do caso, e reforçando o cuidado clínico.

Deste modo, o trabalho da Atenção Básica também deve fundamentar-se no trabalho em Rede, se comunicando com os demais serviços, construindo uma atenção acessível e articulada.

5. CONCLUSÃO

Diante do objetivado pelo presente estudo, foi evidenciado a importância da Atenção Básica enquanto estratégia, porta de entrada e acompanhamento ao usuário de saúde mental, seja no primeiro contato ou com usuários que já possuem uma longa jornada pelos serviços de saúde e, percorrendo a história do cuidado em saúde mental em nosso país, é possível reconhecer que muitos avanços já foram alcançados para atingir qualidade, humanização e resolutividade.

Porém, as dificuldades se repetiam em diferentes estudos com poucas possibilidades de resoluções dinâmicas, como a falta de diálogo entre diferentes setores e quebra da visão do serviço de Atenção Básica centrada no modelo biomédico, o que pode sugerir uma necessidade de repensar o caminho que estamos seguindo e, por mais que muito tenha se avançado, visualizar a necessidade de novas estratégias, estudos, teorias e práticas para que os novos problemas que surgem sejam superados.

As possibilidades foram inúmeras, muitas já com respaldo dentro de nossas políticas de saúde, contendo diretrizes e formas de organização, como o acolhimento, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o Apoio Matricial, facilitando um cuidado que tanto venha cumprir os princípios de nossa Constituição Federal, quanto do SUS e das demais políticas, contribuindo para um atendimento humanizado e tendo o sujeito como centro no processo.

Entre dificuldades e possibilidades, os temas muitas vezes transpassavam entre si, pois o mesmo quesito, de acordo com a forma com que se apresentasse poderia se enquadrar em diferentes categorias; reforçando a necessidade de cada profissional e/ou equipe estar em constante monitoramento e avaliação de suas atuações e tendo acesso a atualização profissional.

Destaca-se que todas as dificuldades e/ou possibilidades encontradas no acolhimento, atendimento e/ou acompanhamento de casos que envolvam saúde mental pela Atenção Básica se relacionavam direto ou indiretamente com as propostas da Reforma Psiquiátrica, seja enquanto avanço ou quesito a melhorar, fortalecendo a ideia que a promoção, prevenção ou tratamento em saúde mental não se restringe a determinados setores, devendo inclusive ir além dos serviços de saúde, alcançando também políticas educacionais, sociais, culturais entre outras.

Perante os resultados encontrados, conclui-se que a Reforma Psiquiátrica não deve ser vista somente enquanto um acontecimento histórico que no momento ofereceu uma nova visão ao cuidado em saúde mental, mas uma luta continua de cada profissional, usuário e familiar, não sendo permitido retrocessos, mas um trabalho contínuo de construções e desconstruções

objetivando em comum o bem-estar do sujeito.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, V. F. B.; CAVALCANTI, A.; ALCÂNTARA, M. C. A.; PEDROSA, R. M. FERREIRA, S. H. V. O papel da atenção primária de saúde na constituição das redes de cuidado em saúde mental. **Rev Fund Care Online**. 2017 jul/set; 9(3):659-668. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.659-668>. Acesso em dezembro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental.**Saúde Mental no SUS: as novas fronteiras da Reforma Psiquiátrica. Relatório de Gestão 20072010**. Ministério da Saúde: Brasília. Janeiro de 2011, 106 p.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.
- _____. Ministério da Saúde (MS). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2011; acesso em janeiro de 2020.
- CANDIDO, M. R. et al . Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto , v. 8, n. 3, p. 110-117, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em janeiro de 2020.
- FEGADOLLI, C.; VARELA, N. M. D.; CARLINI, E. L. A. Uso e abuso de benzodiazepínicos na atenção primária à saúde: práticas profissionais no Brasil e em Cuba. **Cad. Saúde Pública** vol.35 no.6 Rio de Janeiro 2019 Epub July 04, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000705007. Acesso em dezembro de 2019.
- FRATESCHI, M. S.; CARDOSO, C. L. 545Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: avaliação sob a ótica dos usuários. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24 [2]: 545-565, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-733120140002000545&lng=pt&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.
- FROSI, R. V.; TESSER, C. D. Práticas assistenciais em saúde mental na atenção primária à saúde: análise a partir de experiências desenvolvidas em Florianópolis, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(10):3151-3161, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232015001003151&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.

GARCIA, G. D. V.; SILVA, I. F.; CAVALCANTE, M.; CERVO, M. R.; ZAMBENEDETTI, G.; ZANOTI-JERONYMO, D. V.; apoio atricial na atenção à saúde mental em uma regional de saúde, Paraná, Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 3, p. 423-432, setembro/dezembro 2017 - ISSN 1983-1870 - e-ISSN 2176-9206. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.177651/1983-1870.2017v10n3p423-432>. Acesso em dezembro de 2019.

GERBALDO, T. B.; ARRUDA, A. T.; HORTA, B. L.; GARNELO, L. Avaliação da organização do cuidado em saúde mental na atenção básica à saúde do Brasil. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.079-1.094, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000301079&lng=pt&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.

HIRDES, A.; SCARPARO, H. B. K. O labirinto e o minotauro: saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(2):383-393, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000200383&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.

IGLESIAS, A.; AVELAR, L. Z. Apoio Matricial: um estudo bibliográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(9):3791-3798, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3791.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.

MENEZES, A. L. A.; ATHIE, K.; FAVORETO, C. A. O.; ORTEGA, F.; FORTES, S. Narrativas de sofrimento emocional na Atenção Primária: contribuições para uma abordagem integral culturalmente sensível em Saúde Mental Global. **Interface** (Botucatu). 2019; 23: e170803. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170803>. Acesso em dezembro de 2019.

MUNIZ, M. P.; ABRAHÃO, A. L.; SOUZA, A. C.; TAVARES, C. M. M.; CEDRO, L. F.; STOR, M. Ampliando a rede: quando o usuário de drogas acessa a atenção psicossocial pela atenção básica. **J. res.: fundam. care**. Online, out./dez, n. 7, v.4, p. 3442-3453, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750948020>. Acesso em dezembro de 2019.

NOGUEIRA, F. J. S.; BRITO, F. M. G. Diálogos entre saúde mental e atenção básica: relato de experiência do Pet-Saúde no município de Parnaíba-PI. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017. e1358. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/10.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

SOUZA, A. C.; RIVERA, F. J. U. A inclusão das ações de saúde mental na Atenção Básica: ampliando possibilidades no campo de saúde mental. **Rev Tempus Actas Saúde Colet**. 2010;4(1):105-14. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em março de 2019.

SOUZA, J.; ALMEIDA, L. Y.; LUIS, M. A. V.; NIEVAS, A. F.; VELOSO, T. M. C.; BARBOSA, S. P.; GIACON, B. C. C. ASSAD, F. B. Saúde mental na Estratégia Saúde da Família: a percepção dos profissionais. **Rev Bras Enferm**. 2017;70(5):985-92. Disponível

em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0492>. Acesso em dezembro de 2019.

TEIXEIRA, M. R.; COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(6):1933-1942, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002601933&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.

WENCESLAU, L.D.; ORTEGA, F. Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro. **Interface** (Botucatu). 2015; 19(55):1121-32. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832015000401121&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em dezembro de 2019.